

## ***INFORMÁTICA NO JUDICIÁRIO***

---

**ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

1 - O Poder Judiciário, pela natureza da sua missão, é um setor complexo quanto a conhecimentos especializados e fluxo de documentos.

A carência de recursos humanos ou financeiros do Poder Judiciário, notoriamente desaparelhado, faz com que o Estado, por seus diversos entes, autarquias e empresas, use contra o cidadão as próprias deficiências da máquina judiciária, empurrando por décadas, quando não por mais tempo ainda, a duração dos processos, causando sofrimento à população e desmoralizando a justiça.

O STJ possui uma estrutura complexa, em que circulam muitos processos que chegam a cada dia. A automação dos procedimentos é fundamental para dar celeridade aos serviços e atender à demanda da sociedade brasileira. Há fluxos de documentos muito volumosos e informações prestadas diretamente aos interessados de todo o país, relativas aos resultados dos julgamentos, ao teor das decisões e ao entendimento da doutrina.

O Tribunal viu-se no dever de automatizar seus procedimentos, considerando o seu papel decisório e também o afunilamento do fluxo de recursos judiciais vindos das instâncias inferiores, com vistas a racionalizar os seus serviços e agilizar a administração da justiça.

2 - A evolução do Poder Judiciário na direção do que almeja a sociedade exige hoje uma modernização contínua e racional. A automação e uso de tecnologia constitui premissa básica para tornar mais eficiente a

justiça brasileira, tendo em vista o tamanho da população e o número de processos judiciais decorrentes de tantas demandas, na maioria das quais figura como litigante o próprio Estado (União, Estados, Municípios e suas autarquias e empresas públicas).

O investimento tecnológico foi um dos pilares da gestão que empreendemos nos anos em que estive à frente da Presidência do STJ, visando ao aparelhamento interno para propiciar transparência da administração e atendimento célere ao cidadão.

O objetivo norteador da administração foi democratizar o acesso do cidadão à justiça, levando mais facilmente as decisões ao encontro das pessoas, diminuindo prazos de publicação dos processos, minimizando também fase burocráticas dos andamentos processuais, etc. Visou, também, a reduzir o chamado “custo Brasil” ao levar às partes e advogados informações sobre os feitos do seu interesse e evitar os seus deslocamentos desnecessários para acompanhar a sua tramitação em Brasília (despesas de transporte, hospedagem ou contratação de advogados, por exemplo).

A inovação tecnológica incrementou substancialmente, a partir de 1998, a procura dos serviços informáticos do Tribunal, conforme denotam os números. Surgiu a busca da excelência na prestação dos serviços, a melhoria contínua e aperfeiçoamento dos procedimentos de trabalho, que tem culminado com a obtenção do Certificado ISSO 9002, em alguns setores envolvidos nessa tarefa.

3 - De uma estrutura inicial, em 1994, de apenas alguns microcomputadores e um computador de grande porte, saltou-se para uma rede de serviços integrados, que propiciou uma automação acelerada dos procedimentos internos.

O STJ foi provido de uma rede corporativa, ofertando o acesso aos sistemas internos a um maior número de servidores e inclusive permitindo acesso remoto de advogados ao seu sistema judiciário através do serviço RENPAC, introduzindo assim o conceito de escritório virtual do advogado (em 1995).

Posteriormente, a expansão da rede interna permitiu a criação dos gabinetes virtuais dos próprios Ministros e o acesso às decisões através da internet, que baixou os custos dos acessos remotos dos cidadãos e permitiu serviços mais sofisticados de consulta.

4 - Os gabinetes virtuais propiciaram aos Ministros a facilidade de poder trabalhar em suas próprias residências, conferindo-lhes facilidades idênticas àquelas existentes no seu gabinete, em termos de recursos tecnológicos e acesso a informações. No mesmo sentido, o uso de notebooks ainda confere aos ministros a mobilidade de acesso instantâneo a informações, seja durante as sessões de julgamento ou em seus deslocamentos a serviço.

Os escritórios de advocacia, inicialmente através da RENPAC e depois através da internet, passaram a ter acesso aos andamentos processuais instantaneamente e também às ementas das jurisprudências.

Da mesma forma, qualquer cidadão, de qualquer parte do mundo, passou a ter esse acesso às informações públicas do STJ, através da internet, seja quanto aos aspectos processuais e de jurisprudência, seja quanto ao acompanhamento de licitações ou contratos existentes.

5 - O processo de modernização tecnológico tornou-se irreversível e todas as atividades do STJ atualmente estão fazendo uso da informática no seu dia-a-dia. Há uma excelente cultura de informática no

STJ, cujos quadros é composto de servidores de excelente nível intelectual, selecionados mediante concurso público.

Em 1999 alcançou-se a almejada proporção de um microcomputador para cada servidor da atividade-fim do Tribunal e um microcomputador para cada dois servidores da atividade administrativa. Ainda no corrente ano, à exceção daquelas atividades móveis, como vigilância e limpeza, todos os servidores do STJ estarão aparelhados com os seus computadores, tal o grau de automação que se está alcançando para melhor atender aos cidadãos que necessitam dos serviços da Corte.

O aproveitamento inteligente e contínuo dos recursos tecnológicos no STJ tornou possível a concretização de avanços como o chamado “Sistema Push”, disponível na internet, que propiciou o acompanhamento processual, com a comunicação instantânea de cada andamento do processo de interesse do cidadão, sem que as partes ou os advogados precisem deslocar-se até Brasília.

Hoje, de qualquer parte do país, mediante um simples cadastramento prévio no sistema, as partes e os advogados recebem informações diárias e permanentemente atualizadas sobre processos de seu interesse, sem necessidade de se deslocarem até o Tribunal. Mais que isso, pois, as informações são enviadas automaticamente, pelo Tribunal diretamente para o e-mail de cada cadastrado.

Pode-se ter uma idéia do sucesso dessa iniciativa, comparando-se os números da implantação do Sistema: em 1998, cadastraram-se 9 mil advogados; já temos 17 mil clientes registrados até este último mês de maio passado.

Atualmente é inquestionável a facilidade ao uso da tecnologia nos serviços do Tribunal, conforme demonstram os números de acesso.

Os números demonstram a quantidade de acessos às páginas do site internet do STJ, e seu crescimento em quase 600% nos últimos três anos.

A cultura da automação está eliminando substancialmente o fluxo de papéis, internamente, fazendo com que o uso do documento eletrônico seja uma realidade. O STJ tem hoje um impressionante fluxo diário de mais de 12 mil mensagens de correio eletrônico, somando-se o tráfego interno e externo.

6 - A introdução de todos esses recursos tecnológicos facilitou imensamente, também, o acesso à jurisprudência do STJ, inicialmente, a pesquisa e cópia dos acórdãos de forma instantânea pelos interessados. Posteriormente esta facilidade também foi implantada na internet, o que também dispensa o deslocamento do interessado até o STJ para obter a cópia do inteiro teor do acórdão, que hoje conta com uma base de dados de quase dois milhões de páginas de acórdãos (aproximadamente 300.000 acórdãos).

Da mesma forma, evoluiu-se a pesquisa à jurisprudência, dotando-a de recursos de pesquisa sofisticados, com introdução do recurso de refinamento e maiores combinações de argumentos de pesquisa.

7 - Os textos das decisões judiciais e administrativas do Tribunal passaram, numa imensa economia de tempo e de recursos, a ser digitados e revisados pelos próprios servidores dos gabinetes dos Ministros, com muito mais segurança e fidelidade, o que garante que, em menos de 48 horas, o material esteja publicado no Diário da Justiça, com a garantia de que nada foi modificado ou alterado.

Por outro lado, 500 mil páginas de papel deixaram de ser produzidas a cada dia, 120 milhões de páginas por ano, gerando uma economia ambiental de 9.600 de árvores poupadas a cada ano, com a implantação, pelo STJ, do Diário da Justiça eletrônico, que pôs fim à era da montagem de textos impressos letra por letra.

8 - A publicação, via internet, das notícias do Tribunal foi outro ponto marcante no processo de modernização que o STJ desenvolveu. De 15 mil acessos às páginas por dia, em 1998, quando implantamos o sistema, aos 102 mil acessos por dia registrados recentemente, podemos ter uma idéia da importância da página de informação colocada à disposição do público.

Somente a página de notícias possui, em média, 5.000 visitas por dia, já a partir das 7h da manhã, quando outros tribunais ou órgãos de imprensa vão à página do STJ em busca de notícias de interesse da comunidade em geral.

A intranet vem permitindo uma maior eficácia da comunicação interna, favorecendo a publicidade de atos administrativos e assuntos de interesse geral da administração e dos servidores, eliminando, sobretudo, distorções e demora do conhecimento dos fatos por quem neles tem interesse.

Por sua vez, o recurso ao correio eletrônico veio facilitar não só a comunicação interna entre servidores, como também o atendimento ao próprio cidadão que a ele recorre para sanar dúvidas sobre serviços e legislação.

9 - Em 1999 foi criada a Rede de Alta velocidade, envolvendo várias instituições públicas, a partir de estudos que identificaram os

maiores “clientes” do STJ, toda a Justiça Federal e os cinco tribunais Regionais Federais, o INSS, Procuradoria da Fazenda Nacional, Caixa Econômica Federal, a Advocacia Geral da União.

Esse sistema vai permitir a todas essas entidades, entre outros elementos, o compartilhamento de informações, na íntegra, sobre a cobrança de dívidas tributárias e previdenciárias e os respectivos processos. Permitirá um controle muito maior sobre os depósitos judiciais, identificar e examinar as suas flutuações e até mesmo localizar e deter os focos de possíveis irregularidades nas ações contra o Governo.

Permitirá ainda o intercâmbio eletrônico de informações de interesse das instituições envolvidas, acesso destas ao inteiro teor dos acórdãos, às sentenças de primeiro grau, às decisões monocráticas e aos despachos, e aos dados atualizados sobre o andamento dos processos em que são partes.

É um projeto economicamente vantajoso por não exigir altos investimentos além daqueles que as respectivas instituições já estão fazendo para as suas metas específicas, visa apenas a interligação dessas infra-estruturas, com a obtenção dos ganhos dessa integração, principalmente a celeridade do acesso às informações.

10 - Em 1999 expandiu-se a rede de teleinformática e consolidou-se o desenvolvimento de novos sistemas, principalmente os da área fim, além de outros da área administrativa, principalmente o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos.

Na área fim, iniciou-se um novo sistema integrado para o serviço judiciário, ao mesmo tempo que se implantava um novo sistema de taquigrafia com automação de todo o fluxo de trabalho.

11 - A expansão dos serviços se deu ainda com a implantação e oferta, através da internet, da jurisprudência das decisões monocráticas dos Senhores Ministros.

Da mesma forma, foi introduzida a facilidade de indexação dos textos elaborados por cada gabinete, o que facilita a consulta e redação dos votos, mediante pesquisa textual dos respectivo acervo de publicações.

É possível, nos gabinetes, fazer-se a pesquisa livre, isto é, independente das palavras-chaves, recuperando-se os textos que tenham a palavra desejada.

12 - Inicialmente os serviços de automação do STJ permitiram que se desse um passo grandioso para garantir facilidades ao usuário, mas dentro das limitações tecnológicas e orçamentárias da época.

O sistema de justiça atendia somente aos cidadãos que iam ao STJ e ali retiravam extratos dos andamentos dos processos, assim como as consultas à jurisprudência.

Os serviços administrativos eram supridos por poucos sistemas e ainda de tecnologia limitada.

13 - O novo sistema integrado de atividade judiciária iniciou-se com o compromisso de integrar os procedimentos eliminando a redundância de trabalho, facilitando a interface entre os gabinetes, os órgãos julgadores e a jurisprudência do Tribunal; atualmente, já implantado, está incrementando em muito a produtividade, principalmente



pela reutilização de textos já armazenados em meios magnéticos que não precisão mais ser “redigitados” quando se tratarem de causas similares.

14 - São inegáveis os benefícios com a integração dos serviços em um único sistema:

- aumento da produtividade pela eliminação do retrabalho, pois se aproveitam muitos textos já elaborados para processos que têm a mesma natureza e característica;

- as atividades se integram em um fluxo produtivo e sincronizado, evitando duplicidade de trabalho, com ganhos de tempo e qualidade, e significativa economia de recursos;

- as atividades redundantes eliminadas permitem o melhor aproveitamento da mão-de-obra empregada;

- a adaptação e melhoria dos serviços é constante pelo fato de a inteligência e manutenção estar na casa, ou seja, as pessoas que desenvolveram o projeto são servidores do próprio STJ, que garantem assim a continuidade da evolução do serviço;

- está sendo introduzido no novo sistema justiça a pesquisa fonética das partes e advogados, permitindo ao usuário encontrar o seu processo apenas pela digitação de partes do nome e não exatamente como o nome foi cadastrado dentro do sistema, como tem sido até então, devido às limitações anteriores de tecnologia.

15 - O resultado do uso da tecnologia, internamente, tem beneficiado diretamente o cidadão que, ao pagar impostos, patrocina a administração pública.

16 - Atualmente estão em andamento alguns serviços já vislumbrados anos atrás:

O push privativo (ou corporativo) é uma extensão da facilidade, já disponível atualmente para cada cidadão comum ou advogado, a instituições que possuem muitos processos tramitando no STJ e desta forma ao se cadastrar, ela receberá por e-mail as informações de todos os andamentos dos seus processos. Como exemplo citamos a Caixa Econômica Federal, o INSS, o Banco do Brasil, etc.

Da mesma forma, em breve será possível se visualizar, no site internet do STJ, o espelho da publicação de suas decisões que estão no Diário da Justiça.

Nos próximos dias já teremos também implementados na publicação do DJ o índice de advogados, que facilitará em muito a pesquisa dos processos sob o seu patrocínio.

Prevê, também, o novo sistema de justiça o uso de códigos de barras na manipulação dos processos, facilitando o trâmite e localização dos mesmos, que são em número muito elevado.

17 - Como visão de futuro já delineada, o STJ com o novo sistema estará ofertando o conteúdo do inteiro teor do acórdão em formato texto, permitindo as operações de copiar e colar o seu conteúdo.

Da mesma forma, vislumbra-se o uso da petição eletrônica, que permitirá que do seu próprio computador, em outro extremo do país ou do exterior, o advogado elabore e envie a sua petição ao STJ, de maneira instantânea.

O processo eletrônico ainda é um sonho ainda distante, mas não impossível, em face das facilidades que a tecnologia vem nos ofertando.

Outra iniciativa futura é automação da autuação de processos vindos de instâncias inferiores que, interligadas ao STJ, permitirá que um processo seja autuado quase que automaticamente de forma eletrônica, importando-se os dados necessários dos computadores dos tribunais e transportando-os diretamente para as bases de dados do STJ, ganhando-se tempo nessa operação e eliminação de incorreções, uma vez que se elimina uma etapa de transcrição de dados no STJ.

Já em experimento interno, a videoconferência permitirá que o cidadão, e a comunidade acadêmica, e num passo futuro, a própria sociedade, acompanhe julgamentos de seu interesse e tenha acesso praticamente direto aos trabalhos da corte.